

Poder e persuasão: a relação complexa entre literatura e política no México de Carlos Fuentes e Luis Echeverría (1970-1976)¹

Júlio Zampietro ²

Resumo: Apesar do teor crítico da maior parte da literatura mexicana do século XX, não se pode considerar que havia uma oposição total e perene entre intelectuais e o governo no período. Essa pressuposição seria problemática do ponto de vista historiográfico, na medida em que leva a interpretações lineares de processos históricos complexos e multifacetados. Este artigo se utiliza da atuação de Carlos Fuentes no termo presidencial de Luis Echeverría (1970-1976) como exemplo de aproximação entre intelectuais e o poder político no México. As opiniões do literato são descritas a partir de diversas peças publicadas no período, sendo em seguida delineadas três possíveis razões para seu posicionamento, envolvendo aspectos tanto contextuais quanto pessoais.

Palavras-chave: literatura; poder político; México

Power and persuasion: The complex relationship between literature and politics in the Mexico of Carlos Fuentes and Luis Echeverría (1970-1976)

Abstract: Although the 20th century Mexican literature was generally critical in nature, it should not be assumed a total and continuous opposition between intellectuals and the government in that period. Such an assumption would be problematic from a historiographical point of view, for it leads to linear interpretations of complex and multifaceted historical processes. This article is based on the activity of Carlos Fuentes during President Luis Echeverría's term (1970-1976) as an example of the approximation between intellectuals and the political power in Mexico. Fuentes's opinions are described through several works published in the period, with the later outlining of three potential causes for his adoption of a pro-government point of view, involving both contextual and personal aspects.

Keywords: literature; political power; Mexico

Artigo recebido em: 07/02/2024

Artigo aprovado em: 12/04/2024

¹ Trabalho produzido em meio à pesquisa de mestrado intitulada *Entre Sistema Hegemônico e "dictadura perfecta": Ideias de democracia no México da transição (1968-1988)*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo no. 2022/01449-0.

² Bacharel em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH – Unicamp). E-mail: juliomzampietro@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2521-4465>

Introdução

A literatura mexicana do século XX produziu diversos exemplos de obras contestatórias, cobrindo desde os textos de Juan Rulfo em crítica às promessas vazias de reforma agrária da Revolução (*El llano em llamas*, 1953) até análises mais aprofundadas sobre a cultura e história mexicanas, como as surgidas em *El laberinto de la soledad* (1950), de Octavio Paz. A tônica de boa parte da literatura no México do período é a crítica à Revolução e ao governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), autointitulado a representação institucional da Revolução Mexicana de 1910, e no poder desde o ano 1929 até o fim do século XX.

Um nome fundamental de literatura contestatória no México é Carlos Fuentes. O autor se tornou conhecido em boa parte por seu *La región más transparente* (1958), uma resposta ao *Laberinto de la soledad*, de Octavio Paz, e uma tentativa de explorar a questão da identidade mexicana. O livro propõe uma biografia da Cidade do México entre as décadas de 1940 e 1950, em uma crítica ao projeto de nacionalização e modernização imposto institucionalmente pelo PRI (WILLIAMS, 1996, p. 28). Em anos seguintes, Fuentes se manteve um autor crítico ao regime mexicano, com a publicação de obras como o livro *La muerte de Artemio Cruz* (1962) e a novela *Aura* (1962), ambos comentários acerca da história e política mexicanas.

No entanto, se no início de sua carreira Fuentes foi conhecido por seu posicionamento crítico ao governo mexicano, é notável que houve uma mudança radical em seu pensamento a partir do período presidencial de Luis Echeverría (1970-1976). A partir desse momento, o literato passou a publicar textos que, se não apologéticos dos governos do Partido Revolucionário Institucional, continham teor elogioso de grande parte do que se percebia estar sendo feito.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é duplo: descrever a guinada no pensamento político de Carlos Fuentes durante o sexênio de Luis Echeverría e sugerir possíveis motivos para essa mudança. Em um primeiro momento, é realizada uma breve contextualização da situação política mexicana antecedente ao sexênio, tanto em termos da produção literária quanto dos acontecimentos políticos mais relevantes. Então, passamos para a descrição do posicionamento político de Carlos Fuentes como expresso em diversas publicações do autor no período, contrastando tanto com sua produção anterior quanto com a produção de outros intelectuais no mesmo momento. Enfim, delineamos três possíveis razões para esse posicionamento.

Imprensa escrita, repressão e abertura

Ao longo do século XX mexicano, no entanto, a palavra escrita teve uma trajetória atribulada. Desde ao menos a década de 1930, editores e jornalistas tiveram sobre si uma espada de Dâmocles, uma ameaça existencial pairando sobre suas cabeças. Foi nesse período, em um contexto internacional de crise e escassez de papel, que o governo de Lázaro Cárdenas criou a *Productora e Importadora de Papel* (PIPSA). Essa empresa estatal tinha por objetivo inicial fomentar a cultura escrita a partir de um monopólio estatal da produção e importação de papel, contra o então monopólio privado do mesmo produto pela empresa *San Rafael*, de origem estadunidense. Seu papel foi essencial para o estímulo à cultura escrita no país, já que ao longo de flutuações internacionais e duas desvalorizações do peso mexicano, a empresa foi capaz de manter o preço do papel em patamares artificialmente baixos (SMITH, 2018, pp. 17-22).

Para além dessa ferramenta poderosa para moldar a opinião pública, o governo ainda era o maior anunciante em todos os grandes veículos de mídia do país, acrescentando poder econômico ao poder conferido pela existência da PIPSA (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, p. 149). Esse cenário tornou possível o controle da imprensa sem a instalação de uma infraestrutura extensa de censura, como havia sido feito nos casos de Brasil e Argentina em diferentes momentos do século XX (SMITH, 2018, p. 79). Carlos Monsiváis, ao descrever o período, afirma: “*Es la década de 1930 o la de 1940 o la de 1950, y las redacciones son cuerpos tribales, donde los reportajes se originan en conversaciones casuales en el bar o en hallazgos mientras se desempeña una encomienda*” (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, p. 214).³ Em particular a partir do período Ruiz Cortines (1952-58), houve um aumento da intervenção governamental na imprensa escrita com base nesses mecanismos, o que gerou forte incentivo para a disseminação de notícias pró-governo, fossem elas verdadeiras ou falsas (SMITH, 2018, pp. 57-64). O livro de Carlos Fuentes, *La región más transparente*, só foi impresso nesse período por seu caráter ficcional, escapando à retaliação do governo por ser considerado um trabalho de arte interpretativa (STEPHEN, 2021, p. 46).

³ Deve ser levado em conta que a descrição da imprensa até este momento enfatizou em larga medida o que se convencionou chamar “imprensa nacional”, que efetivamente se refere a periódicos e casas editoriais da Cidade do México. Há estudos recentes que demonstram que fora da capital, a situação era um pouco distinta. O grau de violência contra periodistas era maior, por exemplo, ao mesmo tempo em que havia menos intervenção do governo federal em termos de pressões econômicas. Um exemplo de estudo sobre o tema é o livro de Benjamin Smith, *The Mexican Press and Civil Society* (2018), já citado, mas há outros, como o trabalho de Jeffrey Rubin, *Decentering the Regime* (1997).

Em um cenário como esse, a produção de notícias e obras com valor crítico se tornava bastante dificultada. Ainda de acordo com Monsiváis, a maior parte dos periodistas se utilizava do cinismo como ferramenta, já que nada se podia fazer contra os poderosos (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, pp. 150-153).⁴ Aqueles que se desviassem da linha do governo perderiam seu financiamento e eventualmente deixariam de existir, como foi o caso da revista *Política*, editada de 1960 a 1967 (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, pp. 170-172; AGUAYO QUEZADA, 2010b, pp. 111-121). A situação começaria a se modificar a partir de fins da década de 1960, em particular a partir de 1968.

Ao longo desses anos, a cooptação da imprensa foi essencial para o apaziguamento de pressões populares por mudanças no regime político. Durante o período López Mateos (1958-64), por exemplo, a imprensa foi basilar para a manutenção da imagem de um presidente jovial e sorridente, ao mesmo tempo em que se escondia a repressão violenta contra movimentos populares, como a greve de *ferrocarrileros*, em 1958-59, as greves da Sección IX do *Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación* (SNTE), em 1959-60, e os movimentos contestatórios dentro dos sindicatos de petroleiros e eletricitas, até mesmo de movimentos campesinos independentes (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, pp. 159-160).⁵

A ascensão de Díaz Ordaz (1964-1970) à presidência modificaria esse cenário. O novo presidente era muito mais conservador que seu antecessor, e logo em seu primeiro ano de mandato reprimiu escritos críticos nas ciências sociais, o que levou a um primeiro distanciamento entre a *intelligentsia* e o governo. Um exemplo é a intervenção do governo no *Fondo de Cultura Económica* em 1965, quando a editora publicou *Los hijos de Sánchez*, livro de Oscar Lewis que expunha a pobreza e violência nas vidas de muitos mexicanos vivendo em periferias urbanas. O governo demandou o recolhimento de todas as cópias já impressas e a renúncia do editor chefe, que foi demitido após se negar a seguir a ordem (STEPHEN, 2021, p. 46). Seu autoritarismo pode ser visto também na forma como lidou com o movimento estudantil que surgiu e se fortaleceu ao longo do ano de 1968.

⁴ Para uma compreensão mais aprofundada da complexa relação entre imprensa e poder nas décadas que precedem este estudo, retomamos a recomendação de *The Mexican Press and Civil Society* (2018), além da tese de Warley Alves Gomes, *Uma história intelectual do romance da Revolução Mexicana* (2021).

⁵ Foi nesse período, por exemplo, que Rubén Jaramillo foi assassinado, evento que recebe interpretação posterior de Fuentes em *Tiempo mexicano* (1971).

Se de início o movimento reivindicava apenas pautas diretamente ligadas à experiência estudantil, a recusa do governo em respondê-las levou os estudantes a aumentarem a intensidade de seus protestos, que a partir de então passaram a conter demandas de cunho político democrático. Estas incluíam a liberdade de associação e expressão, garantidas pela Constituição, mas desrespeitadas na prática, assim como o direito de protesto, a retirada de artigos do código penal facilitando a perseguição política de dissidentes e a exigência da soltura de presos políticos. A organização do movimento foi centralizada no *Consejo Nacional de Huelga*, que contava com representação das universidades envolvidas e tentava se comunicar diretamente com as forças políticas do governo (RAMÍREZ, 1969, pp. 21-24).

Estas, no entanto, não estavam dispostas ao diálogo. A proximidade da inauguração dos Jogos Olímpicos do México, no fim de outubro daquele ano, foi justificativa para um acirramento de violência, tanto verbal quanto física. O Presidente, em seu quarto *informe de gobierno*,⁶ afirma que a ânsia de imitação se apoderou de centenas de jovens, que se aproveitam de grandes eventos internacionais para realizar protestos de maneira servil (DÍAZ ORDAZ, 1968, pp. 255-256). Depois de vários minutos em que deslegitima as pautas estudantis, o Presidente afirma ainda que

La policía pues, debe intervenir en todos los casos que sea absolutamente necesario; proceder con prudencia sí pero con la debida energía. Las autoridades, siempre que sea necesario la harán intervenir. En ese mismo concepto, agotados los medios que aconsejen el buen juicio y la experiencia, ejerceré, siempre que sea estrictamente necesario, la facultad contenida en el artículo 89, fracción VI de la Constitución General de la República que, textualmente, dice: “Artículo 89. Las facultades y obligaciones del Presidente son las siguientes: VI. Disponer de la totalidad de la fuerza armada permanente o sea el ejército terrestre, de la marina de guerra y de la fuerza aérea para la seguridad interior y defensa exterior de la Federación”. (DÍAZ ORDAZ, 1968, pp. 263-264)

A tal declaração, se seguem aplausos por 29 segundos dos membros da Câmara Legislativa, e uma violência crescente por parte do governo. Em 30 de julho, forças do Exército mexicano dispararam um tiro de bazuca contra a porta barroca do *plantel universitario* de San Ildefonso (DELLA ROCCA, 2009, pp. 33-34).⁷ Entre 21 e 24 de setembro, houve confrontos violentos entre estudantes e forças militares, com a ocupação da Vocacional 7, de Zacatenco, e do Casco de Santo

⁶ Discursos anuais declamados pelo Presidente todo 1º de setembro, em que este resume o que foi feito pelo governo e seus próximos passos (REYES, 2011, pp. 56-57).

⁷ A título de curiosidade, a entrada do antigo *Colegio San Ildefonso* se localiza em uma rua estreita do centro histórico da Cidade do México, ao lado da escavação arqueológica do *Templo Mayor de México-Tenochtitlan*.

Tomás (DEL CASTILLO, 2021, pp. 235-236).⁸ A culminação da escalada violenta se deu no anoitecer do dia 2 de outubro, quando forças do Exército dispararam contra uma multidão que protestava na *Plaza de las Tres Culturas*, em Tlatelolco, matando centenas de pessoas.⁹ Tudo realizado em nome da estabilidade política (TREVIZO, 2011, pp. 12-13).

O Massacre de Tlatelolco, como se convencionou chamar, é um divisor de águas na história recente do México. Em termos amplos, é considerado por muitos como o momento no qual a democratização do regime político mexicano se iniciou.¹⁰ Outros, se não chegam a atribuir essa importância ao evento, o consideram ao menos como sinal de uma crise política no regime de que algo deveria mudar.¹¹ O massacre gerou uma ruptura entre intelectuais e o governo, simbolizada pela renúncia de Octavio Paz do cargo de embaixador mexicano na Índia, ainda naquele ano.

As consequências políticas diretas da repressão incluem uma tentativa consciente do mandatário seguinte, Luis Echeverría, de se distanciar do ocorrido. Isso tanto para que o governo pudesse manter sua própria legitimidade, quanto porque em 1968 Echeverría era o próprio *Secretario de Gobernación*, e, portanto, diretamente implicado no massacre (GALLEGOS CRUZ, 2018, p. 50). Algumas das ações de sua administração na esfera nacional incluem o financiamento de bolsas de estudo no exterior e investimentos na universidade, uma maior permissividade para movimentos sindicais independentes a partir de uma reforma interna do PRI, ações para uma maior redistribuição de renda e aproximação retórica com o governo de Salvador Allende no Chile (BILELLO, 1996, pp. 83-84; PÉREZ ARCE, 1990, p. 111; SHIRK, 2005, pp. 79-80; ZERMEÑO, 1987, pp. 73-74; SCHLEFER, 2008, pp. 81-83). Pode-se dizer que a interpretação do Presidente era de que os problemas da década anterior eram em sua natureza eleitorais e de classe média, e suas

⁸ Tanto a Vocacional 7 quanto o Casco de Santo Tomás são unidades de ensino.

⁹ Para relatos mais completos das etapas do movimento, é possível recorrer às obras de Ramírez (1969), Della Rocca (2009) e Del Castillo (2021).

¹⁰ Dentre eles, há Trevizo (2011, pp. 20-24) e Bartra (2013, pp. 9-14), além de outros trabalhos que consideram movimentos sociais como o enfoque central para pensar a transição democrática.

¹¹ É o caso de Cosío Villegas (1974, p. 15), Peschard (1984, p. 59), Labastida (1991, p. 129), Babb (2001, pp. 111-113), entre outros. Este ainda é um tema de debate intenso na literatura especializada. Há o argumento, por exemplo, de que a memória de 1968 o transformou em um evento transcendente, parte do mito da luta pela democracia, tanto pela direita quanto a esquerda (ALLIER-MONTAÑO, 2016, p. 8). É possível argumentar, também, que a importância atribuída a 1968, em contraste com outros momentos de repressão, como no movimento ferroviário de 1958-59 e o movimento médico de 1965, tem a ver com o fato de envolver o protesto de uma classe socialmente privilegiada (GALLEGOS, 2018, pp. 46-48, 141). A luta pela memória de 1968 foi e é travada em diversos âmbitos, com ênfases distintas ao longo do tempo (ver CERÓN, 2012).

ações se voltaram ao uso de instituições governamentais para incorporar e reduzir dissidências (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2016, pp. 139-140).

Em termos de imprensa, o período foi significativo por representar uma abertura à liberdade de expressão sem precedentes em décadas anteriores, permitindo à intelectualidade mexicana ter espaço para criar novos veículos impressos (STEPHEN, 2021, p. 33). Para além disso, o periódico *Excelsior* modificou sua linha editorial e publicações em direção a um tom mais crítico, sob direção de Julio Scherer. Ainda que esse não fosse necessariamente um espaço de pluralismo, e nem um veículo necessariamente progressista, é notório o surgimento de escritos críticos do governo nesse período (SMITH, 2018, p. 276; GALLEGOS CRUZ, 2018, p. 57).

Um exemplo é a criação da revista *Plural*, em 1971, um suplemento cultural do jornal *Excelsior*. Dirigida por Octavio Paz, *Plural* tinha por objetivo autodeclarado seguir caminhos que ainda não haviam sido trilhados, com a busca de leitores, colaboradores, e mesmo amigos (PAZ, 1972, p. 39), e criação de um local de convergência de escritores independentes (PAZ & SAKAI, 1975, p. 82). Seus editores afirmavam ser uma revista que deveria se manter crítica em um momento em que veículos de mídia de massa se tornavam cada vez mais trivializados, perdendo seus elementos críticos (PLURAL, 1975, p. 90).¹² Carlos Fuentes teve presença significativa em particular nos primeiros números da revista, publicando com recorrência, e havia discussões quanto à possibilidade de incluí-lo no corpo editorial (FLORES, 2020, pp. 403, 409-412).

Outro exemplo é a criação da revista *Cuadernos Políticos*, em 1974, por um grupo de marxistas desiludidos com o estalinismo. Seu objetivo era deixar fluir em suas páginas a crítica dentro dos limites do marxismo, sem compromissos ideológicos com o que se convencionava chamar “socialismo realmente existente”. Buscava assim publicar textos teóricos que também tivessem um viés prático, com uma ênfase na democracia na América Latina. A Revolução Cubana, em particular, tornou necessária a quebra com dogmatismos anteriores e a busca por soluções novas para uma problemática que se revelava em radical contradição com esquemas já estabelecidos (CUADERNOS POLÍTICOS, 1974, pp. 1-2). Os primeiros editores da revista foram Arnaldo

¹² Em contexto de carta de Paz a Fuentes, em que o primeiro reclamava que o segundo lançaria uma revista em Paris, em espanhol, em que teoricamente o primeiro seria parte do corpo editorial, Paz afirma que não faz sentido publicar a revista na França para fugir às pressões políticas latino-americanas; na verdade, revistas são publicadas justamente para afrontar essas pressões (FLORES, 2020, p. 373).

Córdova, Rolando Cordera, Carlos Pereyra, Adolfo Sánchez Rebolledo e Neus Espresate Xirau (ILLADES, 2011, pp. 80-82).

Isso não quer dizer que a crítica se tornou hegemônica na imprensa e intelectualidade do período. Em realidade, os argumentos que surgem nos periódicos e nos livros publicados nesse momento são tão complexos quanto a própria situação do México, um país com uma combinação única de elementos democráticos e autoritários. É nesse contexto que surgem posicionamentos controversos tanto na época de produção quanto em análises posteriores. O caso de Carlos Fuentes é emblemático nesse sentido, fazendo parte de uma polêmica que pode ser considerada das mais importantes da história cultural do século XX no México (FLORES, 2020, p. 402).

“Es posible negarle u otorgarle a Echeverría y a su política de apertura democrática el beneficio de la duda.” (FUENTES, 1971, p. 180)

Desde o início de sua carreira, Carlos Fuentes sempre foi uma figura crítica da história e política mexicanas, com frequência se utilizando de ficção para tal, como no já citado *La región más transparente* (LEAL, 1982). Seu interesse e participação em eventos internacionais se mostraram presentes quando do estouro da Revolução Cubana em 1959, quando o autor foi um dos primeiros a chegar ao país. Durante as primeiras fases da Revolução, Fuentes foi um dos seus mais enérgicos defensores (WILLIAMS, 1996, p. 28). Ainda nesse ano, chegou a argumentar que as execuções sendo realizadas por Fidel Castro teriam sentido justo e prático: justo, porque são criminosos julgados a partir do código militar cubano; prático, porque se evita a anarquia resultante de se permitir que o povo tivesse vingança pelas próprias mãos (FLORES, 2020, p. 172). Para Fuentes, México e Cuba eram irmãos (FLORES, 2020, p. 177). Em 1962, afirmou em entrevista acreditar que todos os latino-americanos deveriam olhar para Cuba em busca de um guia, e nunca aceitou a divisão maniqueísta entre duas alternativas políticas (VAN DELDEN, 1998, p. 7). Seria apenas em anos posteriores, com sua participação em uma carta de intelectuais latino-americanos em protesto às violações de direitos humanos em Cuba, que se tornaria crítico ao regime (WILLIAMS, 1996, pp. 16, 29-30; MORALES, 2018).

Em artigo publicado na revista *Política*, em 1960, Fuentes tratou dos presos políticos mexicanos naquele momento, em particular Demetrio Vallejo e Rojo Robles. Sua conclusão foi de que, enquanto não fossem libertados, e não fossem reinstalados os mais de 5 mil trabalhadores ferroviários que haviam sido demitidos em contexto de greve, o governo López Mateos (1958-64) não poderia ser chamado de democrático (FLORES, 2020, p. 183). Em primeiro de janeiro do ano seguinte, também na revista *Política*, o autor protesta contra a morte de 13 jovens no Estado de Guerrero, que estariam lutando contra sistemas envelhecidos e um governo senil que oferecia ao mundo uma falsa imagem de um México próspero e democrático. No texto, além de culpar diretamente o Presidente mexicano do momento, critica nominalmente políticos mexicanos como Corona del Rosal e Díaz Ordaz, o segundo vindo a se tornar Presidente três anos depois (FUENTES, 1961, p. 25).

Em 10 de junho de 1971, em plena *apertura echeverrista*, estudantes se reuniram nas ruas da Cidade do México pela primeira vez desde 1968, em solidariedade a protestos pela autonomia universitária em Monterrey. Depois de algumas horas de passeata, foram interceptados por um grupo paramilitar conhecido como *halcones*. No confronto que se seguiu, centenas de manifestantes foram mortos (SOLÍS, 2008, p. 33).

É na sequência ao *jueves de corpus*, como ficou conhecido, que Fuentes publica sua obra *Tiempo mexicano* (1971), um conjunto de ensaios, dos quais dois são de suma importância para aquele momento. O primeiro trata do assassinato de Rubén Jaramillo, líder campesino morto em 1962 por forças ligadas ao governo. Fuentes se utiliza de relatos de campesinos que conheceram Jaramillo para argumentar que, diferentemente do que acontecia em tempos míticos, este não fora um sacrifício para alimentar uma deidade, o sol, ou a natureza. Na verdade, foi um assassinato causado por forças da barbárie mexicana, como o governador, o general, o cacique, o deputado, os homens de negócios. Seu objetivo seria unicamente engordar as contas de banco dos poderosos, a partir do roubo da terra daqueles que trabalham, daqueles para os quais a Revolução é ainda uma promessa para o futuro, e uma mentira no presente. “*No, no es la fatal barbarie de los dioses; es la compatible injusticia de los hombres la que asesinó a Rubén Jaramillo y a los suyos*” (FUENTES, 1971, p. 120).

O segundo ensaio político de relevância para o contexto deste artigo se encontra ao final da obra, intitulado *La disyuntiva mexicana*, em que o autor descreve os acontecimentos recentes e a

situação política do México no momento, assim como propõe caminhos alternativos para o futuro. Dado o escopo deste trabalho, interessa-nos mais a primeira questão.

Fuentes acredita que o Presidente Echeverría optou, de forma qualificada, pelo caminho da democratização. Para além da autocrítica, o Presidente teria iniciado o combate ao burocratismo e revelado falhas passadas na educação, indústria e outros setores, além de enfrentar os representantes mais reacionários da iniciativa privada. O que o Presidente não fez, no entanto, foi desmontar o aparato repressivo responsável pelo massacre em 1968. Fuentes acredita que os poderes afetados pela mínima abertura concedida por Echeverría teriam se utilizado desse aparato para colocar o Presidente em uma cilada (FUENTES, 1971, p. 166).

Esses poderes estão representados por forças internas ao PRI, que detinham cargos de importância sob Díaz Ordaz e que continuaram a ter influência no início do período Echeverría. Três nomes em particular se destacam: Alfonso Martínez Domínguez, Presidente do PRI sob Díaz Ordaz e prefeito da Cidade do México no momento do *jueves de corpus*; Rogelio Flores Curiel, Chefe de Polícia do D.F.; e Julio Sánchez Vargas, Procurador Geral da República naquele momento. Os dois primeiros renunciaram a seus cargos em 15 de junho, e o terceiro no dia 19 do mesmo mês. Estes seriam nomes centrais para o novo massacre, tendo usado forças paramilitares (os *halcones*) criadas em 1968 para agir em nome de “emissários do passado” (FUENTES, 1971, pp. 168-171).

Para Fuentes, a situação permitia apenas dois caminhos. Afirma o autor que *Es posible negarle u otorgarle a Echeverría y a su política de apertura democrática el beneficio de la duda. Si se lo negamos, podemos concebir su política como una táctica dilatoria, demagógica, cuyo propósito es salvar al sistema de la crisis en la que lo encontró al asumir la presidencia, restaurando confianzas, esperanzas y fuerzas dilapidadas por la suicida política anterior* (FUENTES, 1971, p. 180).

Ainda que afirme posteriormente que aquele não seria um momento para um chamado à confiança incondicional (FUENTES, 1971, p. 182), Fuentes afirma ainda que

Pues si le damos el beneficio de la duda a Echeverría, veremos que la novedad de su política consiste en alentar una acción ciudadana independiente, que espere menos de la bondad presidencial que de su propia actividad. En efecto, Echeverría ha dicho: no me pidan: hagan; no esperen: actúen. Tan es éste el mensaje central de la apertura democrática del presidente, que el 10 de junio las fuerzas más regresivas de México se organizaron para desmentirlo y desacreditarlo, para atemorizar a los ciudadanos y hacerles creer que

cualquier iniciativa política libre estaba condenada, de nuevo, a la represión (FUENTES, 1971, pp. 181-182).

Fuentes intui que a extrema direita dentro do regime estaria se esforçando para criar um cenário em que Echeverría se veria obrigado a intervir com uso da força, algo que abriria caminho para um fascismo mexicano (FUENTES, 1971, pp. 192-193).

Em 1972, o literato publica um texto na revista *Plural* a convite de seus editores, em que explica melhor colocações que havia feito pouco tempo antes, renovando opiniões expressas em *Tiempo Mexicano*. O autor admite entender o ceticismo nacional e, em particular da juventude, para com o Presidente Echeverría. No entanto, afirma:

Puedo repetir aquí la explicación que me he dado a mí mismo de esos hechos: el 10 de junio del 71 todas las fuerzas de la reacción mexicana se confabularon para tenderle una trampa a Echeverría, estigmatizar represivamente al nuevo régimen, desacreditar la difícil y calificada opción democrática con que el nuevo mandatario intento superar la honda crisis del 68 (FUENTES, 1972, p. 8).

Para além disso, Fuentes apresenta uma visão específica do ambiente internacional de 1972, na qual há uma tentativa por parte dos Estados Unidos sobre dividir o mundo em esferas de influência, a fim de estabelecer uma “paz”. Afirma que o México deve trilhar um caminho distinto, e não pode se deixar afetar por uma conjuntura que o impedirá de aplicar um modelo próprio de desenvolvimento. Este seria o caminho que Echeverría estaria seguindo: ao atuar em favor do Estado mexicano, como em pronunciamentos na ONU e em diversos países, o Presidente estaria atuando pelo avanço do país em um mundo que tornava cada vez mais difícil a sobrevivência de centros nacionais de decisão. A partir disso, o literato argumenta que Echeverría poderia mesmo ser considerado um estadista visionário (FUENTES, 1972, p. 6).

Esta é uma visão reproduzida anos depois em um conto publicado por Fuentes na revista *Plural*. No texto, decorrido em 1992, o México passa por um regime fascista emanado do terrorismo. Este alcançou o poder a partir de um golpe que culminou no assassinato do presidente constitucional, defensor da liberdade, da soberania e da autodeterminação. Para assegurar a paz e a prosperidade, o novo regime havia solicitado a intervenção direta do exército estadunidense, a partir de um mundo dividido em esferas de influência, que salvariam o globo de um conflito nuclear (FUENTES, 1975a, p. 24). No texto, o eu-lírico ouve de seu irmão, o atual Primeiro-Ministro, que toda resistência seria inútil. Para obter a ordem e estabilidade de que necessitava, o México deveria

aceitar que era interdependente dos Estados Unidos e se tornar um protetorado da democracia anglo-saxã. O eu-lírico precisa se livrar de ideias nacionalistas anacrônicas e admitir que só havia quatro poderes no mundo (EUA, URSS, China e Arábia Maior) (FUENTES, 1975a, p. 26).

Os paralelos com os textos anteriores são claros. Nesse cenário apocalíptico, o quinquagésimo centenário da Conquista marca o momento em que o México sucumbiu às tendências da década de 1970 de subordinação econômica e política aos Estados Unidos, descritas no texto de 1972. O ato do golpe teria sido realizado por forças internas ao México, alinhadas aos interesses estadunidenses, as quais teriam pedido expressa ajuda ao país do Norte para uma intervenção militar que garantisse a paz. Para lidar com isso, apenas a luta cotidiana: “*Abres los ojos. Miras el mundo real que te rodea y sabes que tú eres ese mundo y que por él combates. No es la primera vez que luchamos. Dejas de sonreír. Quizás sea la última*” (FUENTES, 1975a, p. 26).¹³

Ao final de 1975, Fuentes elabora quanto aos dez desafios que deve superar o México para um futuro melhor. O primeiro deles é retomar as aspirações populares mexicanas, reiteradas com sangue e paciência desde a Revolução de Hidalgo e Morelos. São elas liberdade interna, soberania externa, justiça econômica, igualdade social e pluralismo cultural. Luis Echeverría teria realizado um esforço extraordinário para ouvir as exigências populares e recobrar esses princípios, no que é considerado o governo menos personalista da história do México (FUENTES, 1975b, pp. 1, 14).¹⁴ Além disso, o Presidente teria conduzido a política exterior para uma perfeita fusão entre defesa e participação. Fuentes termina o texto com uma declaração de apoio ao próximo presidente, López Portillo, para que pudesse levar adiante o que fora alcançado por Echeverría (FUENTES, 1975b, p. 14).

¹³ Um ponto de particular interesse é o de que, apesar de Carlos Fuentes criticar fortemente as ações violentas do que via como uma esquerda radical, como no último ensaio da obra *Tiempo Mexicano*, neste conto o autor realiza um certo elogio da guerrilha. Considera que seria necessário derrotar os rios, campos e montes para derrotar o povo mexicano insubmisso aos desígnios estadunidenses. A violência é ainda usada para resolver ao menos parte da questão, já que ao longo do conto, o eu-lírico mata seu irmão, atual Primeiro-Ministro do México.

¹⁴ É curioso o contraste com outras interpretações do governo. Para além do fato de que a presidência mexicana é sempre um cargo mais personalista do que suas contrapartes em países desenvolvidos, Cosío Villegas argumenta que Echeverría, em particular, tinha uma personalidade feita para o monólogo, não o diálogo. Para além disso, enfatiza a centralidade da figura de Echeverría na condução da política internacional mexicana, algo que não ocorria com presidentes anteriores. (COSÍO VILLEGAS, 1974, pp. 7-9, 30-36, 110-111)

“Hay en todo país latinoamericano un Victoriano Huerta esperando a la vuelta de la esquina.” (FUENTES, 1972, p. 8)

O posicionamento de Fuentes gerou críticas ao longo dos anos. Já em 1972, um debate entre Carlos Fuentes e Gabriel Zaid é publicado nas páginas da revista *Plural*. O segundo afirma que Fuentes está equivocado em falar das boas intenções de Echeverría, as quais não levariam a uma atuação mais intensa no sentido democratizante por conta de forças maléficas incrustadas no Estado. É o tipo de argumento que o próprio Echeverría pode usar em privado, mas que não deve ser feito publicamente por um intelectual. O papel de Fuentes como intelectual no México é criticar o governo; não o fazer tornaria Fuentes praticamente indistinguível de um senador (ZAID, 1972, pp. 52-53).

Em 1976, Gastón García Cantú afirma que o Fuentes de *Tiempo Mexicano* é diferente do daquele ano. Enquanto em 1971 Fuentes contemplou um país do erro e do crime e se indignou, em 1976 as ações do Presidente o teriam levado a uma adesão entusiasta ao regime. Ele passou da tentativa de criar espaços livres entre escritor e poder para favorecer a anulação desses espaços (GARCÍA CANTÚ, 1976b, p. 53). Dois anos depois, Carlos Monsiváis descreve Fuentes como um exemplo eloquente de uso da confiança de intelectuais por parte de Echeverría para usar o prestígio destes em seu favor (MONSIVÁIS, 1978, p. 9).

No entanto, a crítica pública a Carlos Fuentes não leva em conta todas as facetas da questão. Se é certo que a linha argumentativa de Fuentes mudou, de uma crítica contundente antes de 1971 para progressivamente até um certo elogio ao governo ao longo do período Echeverría, também é certo que realizou ações que demonstram sua não concordância com o que estava sendo feito. Um dos exemplos é a recusa, em 1972, de receber o prêmio Mazatlán, concedido a ele pelo governo por *Tiempo Mexicano*, algo que fez em protesto à violência estatal recente contra estudantes da Universidade de Sinaloa (PLURAL, 1972a, p. 43). Outro exemplo é sua recusa em continuar com seu papel de embaixador na França depois de 1978, momento em que o ex-Presidente Díaz Ordaz é nomeado por López Portillo para a embaixada na Espanha.

O objetivo da história não é julgar, mas entender. E para compreender essa mudança em Fuentes, é necessário retornar ao contexto histórico em que ela se produziu. O evento em 10 de

junho de 1971 é de particular importância por ter gerado uma nova quebra na intelectualidade mexicana. Se em 1968 houve um distanciamento entre os intelectuais e o poder, dessa vez se estendeu para dentro dos intelectuais como grupo, levando mesmo aqueles que concordavam sobre os horrores de 1968 a discordarem entre si. Nesse momento, nomes como Fernando Benítez, Carlos Fuentes e Rosario Castellanos modificaram sua linha de argumentação, aparentando terem dado um voto de confiança ao novo presidente. Até mesmo Octavio Paz afirmou que, no contexto de 1971, “*Echeverría merece nuestra confianza. Y con ella, cada vez que sea necesario, algo más precioso: nuestra crítica*” (PAZ, 1971).¹⁵ Já em 1972, por outro lado, boa parte dos intelectuais havia abandonado esse voto de confiança, como é possível ver nas críticas ao pensamento de Fuentes delineadas acima.

O pensamento do autor não era totalmente pró-Echeverría. Em diversos momentos, o literato criticou o governo, ainda que não com a mesma intensidade de seus pares. Afirmou, por exemplo, que ainda que tivesse uma atuação internacional intensa em defesa dos mexicanos, internamente o presidente estaria falhando nessa mesma defesa contra as forças retrógradas mencionadas acima (FUENTES, 1972, p. 7).

Por outro lado, a impressão que passa a leitura de seus escritos é de que o autor adotou boa parte do discurso presidencial. A questão das forças retrógradas, ou reacionárias, que aparece em 1971 e 1972 (FUENTES, 1971, pp. 168-171; FUENTES, 1972, p. 8), é a repetição de um argumento que aparece de forma recorrente nos *informes de gobierno*. Nestes, sempre se dá a entender que o presidente está atuando contra forças obscuras e ameaçadoras. São essas forças que compram dólares e, ao fazerem isso, colocam em risco o futuro do país e de seus próprios filhos (ECHEVERRÍA, 1974, p. 226). Elas financiariam ações terroristas em prol de uma intervenção estrangeira, movimento semelhante ao que causou perdas territoriais ao México em 1848 (ECHEVERRÍA, 1974, pp. 180-182).¹⁶

¹⁵ Nesse sentido, segue em um posicionamento que já havia demonstrado ter no começo daquele ano por influência de Fuentes, surgindo em entrevistas para a TV, transcritas para a revista *Siempre!* Era um posicionamento que tinha em comum com boa parte da intelectualidade antes de junho de 1971 (FLORES, 2020, pp. 382-384).

¹⁶ A questão das forças retrógradas e do combate a elas é central para o governo Echeverría, o que é enfatizado pelo fato de que, seguida a fala do Presidente comparando a ação dessas forças às de 1848, os deputados presentes na declamação do *Informe de Gobierno* se levantaram e entoaram de forma espontânea o hino nacional, como indicado na transcrição do discurso (ECHEVERRÍA, 1974, p. 182).

É certo que, com esse posicionamento, Fuentes se distinguiu de boa parte de seus pares. As razões para isso provavelmente jamais serão esclarecidas de forma definitiva. Entretanto, é possível delinear ao menos três potenciais causas para essa discrepância. A primeira se relaciona a uma interpretação comum do momento político pelo qual o México passava no início da década de 1970, e as soluções pensadas para o futuro a partir desse cenário. A segunda remete à retórica governamental e ao grau de aceitação dessa retórica por parte da esfera intelectual. A terceira trata do relacionamento individual de Fuentes com o Presidente Echeverría, mais próximo do que era comum no México daquele momento.

A primeira se torna relativamente clara a partir de uma leitura atenta de seus escritos e da compreensão do contexto intelectual daquele momento. O termo fascismo havia se tornado frequente em publicações da época e se associava à possibilidade de recrudescimento da violência estatal, fosse por via de golpe militar ou como reação à violência de grupos dissidentes. Fernando Benítez, por exemplo, publica em 1972 um texto no jornal *Excélsior* em que afirma haver naquele momento uma escolha entre Echeverría e o fascismo (FLORES, 2020, pp. 408-409). Nisso, retoma o receio de recrudescimento violento que havia sido dado por diversos intelectuais que assinaram uma carta endereçada ao Presidente, em 13 de junho de 1971, em que se argumentava que o México se encontrava frente a uma bifurcação entre democratização e repressão (LOS INTELECTUALES, 1971, p. 4).

Havia o receio de que a repressão e o fascismo viriam de dentro do governo. Octavio Paz argumenta em 1974 que o sequestro do sogro do Presidente levou grupos conservadores a pedirem por uma reação de mão firme do Estado, em meio a comparações dos sequestradores com os participantes do movimento de 1968 (PAZ, 1974, p. 89). Em 1976, Manuel Felguérez afirma que a iniciativa do governo de impedir a criação de um museu para a obra de Rufino Tamayo, sob o argumento de que seu trabalho não representaria a ‘arte popular’, é similar ao que foi feito na Itália de Mussolini (FELGUÉREZ, 1976, p. 74).

O próprio Fuentes afirmou, em *Tiempo Mexicano*, que em 1968 os intelectuais apoiaram o movimento de 1968 contra um fascismo emanado do governo, e que em 1971 a extrema direita dentro do regime tentava gerar uma situação que forçasse Echeverría a agir, o que abriria espaço para o fascismo (FUENTES, 1971, pp. 159-160, 192-193). Para além disso, o texto de Fuentes publicado em 1975, descrito acima, mostra que a leitura de Fuentes quanto ao possível futuro

mexicano em 1992 era de um cenário de fascismo, oriundo de movimentos terroristas (FUENTES, 1975a, p. 24). Como afirma o próprio autor, “*Hay en todo país latinoamericano un Victoriano Huerta esperando a la vuelta de la esquina*” (FUENTES, 1972, p. 8).

Os motivos para esses argumentos são claros: havia um recrudescimento da violência estatal em boa parte da América Latina naquele momento. García Cantú via nisso uma internacionalização do fascismo por meio da influência dos Estados Unidos (GARCÍA CANTÚ, 1976a, p. 62). Nessa veia, o próprio Fuentes argumenta que na América Latina recente houve uma troca de regimes *de derecho* por regimes *de hecho*, com as derrotas na Guatemala, Cuba, República Dominicana e Chile. Isso seria resultante de uma maré fascista vinda do Sul do continente (FUENTES, 1976, pp. 17, 19). Para além disso, na esfera acadêmica internacional havia já algumas décadas que a percepção preponderante quanto às possibilidades políticas no mundo moderno era de uma oposição entre democracia e totalitarismo (PATEMAN, 1970, pp. 1-2).

A segunda possível razão para o apoio de Fuentes ao governo Echeverría poderia ser percebida a partir da crítica à dicotomia fascismo vs. democracia, que se relaciona à crítica à própria retórica priista. Já em 1972 era possível argumentar que a tese de que no México daquele momento havia uma escolha entre Echeverría e o fascismo seria extremamente discutível, e que defendê-la seria renunciar à dissidência e pluralidade (PLURAL, 1972b, p. 41). Alguns anos depois, a dicotomia é vista mesmo como uma ferramenta do próprio Presidente para ganhar legitimidade (GONZÁLEZ CASANOVA, 1976, p. 7; FERNÁNDEZ, 1978, p. 1). O fato de que críticas nesse sentido já existiam demonstra o poder da retórica oficial: o contexto de retomada da legitimidade do governo pós 1968 levou a uma retórica governamental que buscou capitalizar nos eventos de 1971, colocando-se como uma de suas vítimas, e não como seu perpetrador.

Isso fica claro nos discursos presidenciais. O ocorrido em 10 de junho seria resultado de “*fracções irresponsáveis ou ambições egoístas*” (ECHEVERRÍA, 1971, p. 9). Essas fracções seriam, nas palavras posteriores do Presidente, “*emissários do passado*”, responsáveis pela violência fascista que se observou no México naquele momento (ECHEVERRÍA, 1976, p. 451). O argumento é forte o suficiente para que mesmo Paz inicialmente defendesse ser necessário dar um voto de confiança ao governo, que se esforçava para retificar uma linguagem política que servisse para esconder a corrupção e a violência (PAZ, 1971).

O argumento de que há uma disseminação do autoritarismo a partir de forças internacionais, em particular por influência das potências nucleares, também aparece nos discursos (ECHEVERRÍA, 1975, p. 316). Essa ênfase no internacional fazia parte da retórica presidencial, que descrevia uma transição de um mundo bipolar para um multipolar, no qual o México deveria encontrar o seu lugar e exercer sua influência, agindo em prol da independência mexicana (COSÍO VILLEGAS, 1974, p. 90). Para além disso, fomentou discussões quanto à democracia, em particular nos Estados Unidos (PLURAL, 1972c, p. 38).¹⁷ A atuação internacional de Echeverría se encaixa em uma tendência observada com relação ao período, em que a política internacional mexicana servia em parte para apaziguar quase todos os progressistas no país (AGUAYO QUEZADA, 2010a, p. 33).

De modo geral, Fuentes aprovava a conduta internacional do Presidente. Em 1972, argumentou que Echeverría estava seguindo o que Celso Furtado já havia argumentado quanto ao Brasil: de que seria necessário um Estado independente de forças externas para que houvesse a possibilidade de fugir do desenvolvimento dependente. Além disso, o Presidente estaria sendo eficiente em conduzir a defesa internacional do México (FUENTES, 1972, p. 7). Em 1976, o autor elogiou a atividade internacional de Echeverría por sua importância na criação da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, promulgada pela Organização das Nações Unidas em 1974. O literato vê nessa carta a criação de um novo marco legal, que vai em direção à estruturação de uma nova ordem econômica internacional (FUENTES, 1976, p. 17).

Por fim, parte integrante da retórica oficial era uma constante comparação entre os governos de Luis Echeverría e de Lázaro Cárdenas, 30 anos antes. Em um de seus *informes de gobierno*, Echeverría descreve parte de suas obras como uma continuidade à obra de Cárdenas, mexicano visionário que lutou por uma industrialização de base verdadeiramente mexicana (ECHEVERRÍA, 1976, p. 413). Além disso, via-se como continuador da visão patriótica e de justiça social de Cárdenas (ECHEVERRÍA, 1976, p. 343). As comparações são frequentes: Cosío Villegas considera em 1974 que Echeverría é o presidente mais original desde Cárdenas (COSÍO VILLEGAS, 1974, pp. 7-8).

¹⁷ O texto se refere a uma conversa ocorrida em Nova York entre Echeverría e um grupo de intelectuais, como Albert O. Hirschmann, John Womack, Hannah Arendt, e mesmo Carlos Fuentes e Octavio Paz. É notável como em localidades internacionais, o Presidente dava abertura a diálogos relativos à democracia, enquanto espaços semelhantes de discussão não surgiam com frequência no México.

O próprio Fuentes faz esse paralelo em diversos momentos. Em *Tiempo Mexicano*, Fuentes argumenta que, assim como Cárdenas, Echeverría não se contentou com uma campanha presidencial protocolar, esforçando-se para falar e para ouvir (FUENTES, 1971, pp. 163-164). Além disso, o esforço de Echeverría de lidar com “forças retrógradas” é comparado à expulsão, por Cárdenas, de seguidores de Calles que haviam se mantido no governo (FUENTES, 1971, p. 193). Em 1972, afirma que Echeverría seria o primeiro presidente desde Cárdenas a situar o México no terceiro mundo, o mundo dos pobres e oprimidos que devem lutar lado a lado (FUENTES, 1972, p. 7). Essas comparações ganham peso quando se considera que Fuentes sempre admirou Cárdenas como uma voz genuína da revolução, abafada pela maior parte dos governos do PRI (WILLIAMS, 1996, p. 6).

A terceira potencial causa para a discrepância no posicionamento de Carlos Fuentes quanto ao Presidente Echeverría são suas relações interpessoais. Aqui, há dois casos de destaque. O primeiro é uma amizade de longa data com Fernando Benítez, com quem Fuentes havia ido a Cuba em 1959, e que compartilhou do posicionamento do literato quanto ao Presidente (VAN DELDEN, 1998, p. 3; FLORES, 2020, p. 171). É possível que as razões pelas quais ambos apoiaram Echeverría fossem distintas, mas a existência de um amigo de longa data que compartilhou tal posicionamento tenha permitido a Fuentes justificar para si mesmo parte de suas crenças. As discussões entre os dois quanto ao Presidente e sua luta eram frequentes (MACEDO, 2019, p. 324).

O segundo caso é mais interessante: Fuentes e o Presidente Echeverría mantinham uma relação mais próxima do que a comum entre literatos e políticos. Rita Macedo, ex-esposa de Carlos Fuentes, descreve em suas memórias momentos em que o próprio Presidente ligava para o literato em sua casa e o convidava para passar tardes em *Los Pinos*, o palácio presidencial. O convite era estendido com frequência a Fernando Benítez. O literato costumava retornar falando sobre a honestidade do Presidente e do desejo que este grande mexicano teria de servir à pátria. Fuentes chegou a afirmar que estar com o Presidente era estar com o país (MACEDO, 2019, pp. 323-325). Este é um ponto que corrobora um argumento feito pelos editores da revista *Plural* já em 1972: intelectuais podem se sentir compelidos a acreditar mais no governo pelo mero fato de estarem sendo ouvidos, ou de este parecer ter sido o caso (PLURAL, 1972b, p. 41). Para além disso, a condição presidencial do México seria peculiar se comparada à de outros países latino-americanos, a ponto de ser possível falar na existência de um mito presidencial (ESPÍNDOLA MATA, 2004, pp.

15-21). De acordo com esse mito, o presidente seria um monarca absoluto trocado a cada 6 anos, uma figura quase mítica originada na incapacidade de instituições e outros pontos de poder de limitarem o poder do Executivo (COSÍO VILLEGAS, 1974, p. 31; ESPÍNDOLA MATA, 2004, pp. 27-28, 37). A conexão íntima com uma figura de tal monta, ou ao menos a percepção dessa conexão, pode ter impactado as afetividades de Carlos Fuentes, tornando-o mais suscetível a acreditar na boa vontade e honestidade de Echeverría.¹⁸

A título de conclusão

A literatura sob regimes mais autoritários, ainda que tenha espaço para críticas e oposição ao poder, não necessariamente irá realizá-las todo o tempo e com força total. Na verdade, cenários políticos como esse são complexos e geram posicionamentos igualmente complexos que tentam abarcar o máximo possível de aspectos da realidade percebida por esses autores. Novos eventos levam sempre a uma adaptação da opinião dos autores. O historiador atento deve evitar cair no mito da coerência, em que se presume que o corpus de pensamento de um autor é coeso, cabendo ao historiador reconstruir essa coerência, ignorando a possibilidade de que a fonte histórica tivesse mudado de opinião (SKINNER, 2002, pp. 68-70). A relação entre literatos e poder autoritário é necessariamente contextual, e o estudo da obra de Carlos Fuentes no período Echeverría deixa isso claro.

Além disso, mesmo os intelectuais mais críticos e mais desconfiados podem passar a acreditar na narrativa oficial, se parecer que há bons motivos para isso. No caso de Fuentes, havia ao menos três razões para tal: 1) o risco percebido de uma escalada de violência; 2) a sabedoria percebida na atuação internacional do Presidente, ainda que esta não se estendesse à esfera doméstica; e 3) o contato pessoal e crença na honestidade de Echeverría.

Isso não quer dizer que houve apoio tácito ao regime: durante o período Echeverría, o literato manteve pontos de crítica, como seu argumento de que a atuação virtuosa do Presidente na esfera internacional não estava se refletindo também na esfera interna (FUENTES, 1972, p. 7). Por outro lado, é notável que nos anos seguintes o autor manteve uma postura mais branda quanto ao regime. Em fins de 1975, Fuentes considerava López Portillo um representante da continuidade da

¹⁸ Aqui, utilizamos as considerações de Pierre Ansart quanto à importância das relações com o poder para a formação e manutenção de afetividades individuais e coletivas (ANSART, 2019, pp. 15-17, 36).

rota popular de Echeverría, dando seu apoio ao novo governo (FUENTES, 1975b, p. 14). Em 1979, ainda que descrevesse López Portillo como membro de uma longa linhagem mexicana de jacobinos elitistas, que incluía desde Juárez a Calles, considerava essa linhagem responsável pela separação entre Igreja e Estado; ainda que um papel historicamente ingrato seria análogo a um processo similar que teria desembocado na democracia europeia (FUENTES, 1979, p. 26). Em 1980, afirma ainda que a importância de se dar continuidade às reformas democráticas de Echeverría por parte de López Portillo, mesmo que a democratização do país fosse possível apenas a partir da democratização do PRI (TORRES FIERRO, 1980, p. 43).

Ao fim e ao cabo, provavelmente será impossível discernir com precisão os motivos pelos quais Carlos Fuentes, um literato tão crítico do governo em anos anteriores, se alinhou ao governo no período Echeverría. Tudo que nos resta são a especulação informada e a certeza de que literatos possuem uma relação complexa com o poder e seus representantes.

Fontes

CUADERNOS POLÍTICOS. Presentación. **Cuadernos Políticos**, 01, pp. 1-2, 1974.

DÍAZ ORDAZ, Gustavo. “IV Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1968”. In: DÍAZ ORDAZ, Gustavo. **Informes Presidenciales**. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 202-308.

ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. “I Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1971”. In: ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. **Informes Presidenciales**. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 4-60.

_____. “IV Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1974”. In: ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. **Informes Presidenciales**. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 174-242.

_____. “V Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1975”. In: ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. **Informes Presidenciales**. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 250-329.

_____. “VI Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1976”. In: ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. **Informes Presidenciales**. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 342-444.

- FELGUÉREZ, Manuel. El caso Tamayo. **Plural**. Crítica y literatura, 56, pp. 74-75, 1976.
- FERNÁNDEZ, Nuria. La reforma política: orígenes y limitaciones. **Cuadernos Políticos**, 16, pp. 1-27, 1978.
- FUENTES, Carlos. Guerrero: ¿Quién es el responsable?. **Política**, 1 jan., p. 25, 1961.
- _____. **Tiempo mexicano**. México, D.F.: Cuadernos de Joaquín Mortiz, 1971.
- _____. Opciones críticas en el verano de nuestro descontento. **Plural**. Crítica y literatura, 11, pp. 3-9, 1972.
- _____. México: 12 de octubre de 1992. **Plural**. Crítica y literatura, 44, pp. 21-27, 1975a.
- _____. Los Diez Desafíos que Debe Superar México. **El sol de México**. 1 dez., pp. 1-14, 1975b.
- _____. México: Objetivo Final de la Marea Fascista. Ponencia de Carlos Fuentes en la junta del IEPES en Mazatlán. **Excélsior**, 17 mai., pp. 4-19, 1976.
- _____. Hay un ayatola en su futuro. **Vuelta**. Revista mensual, 32, pp. 25-26, 1979.
- GARCÍA CANTÚ, Gastón. A pluma. México: la excepción y la regla. **Plural**. Crítica y literatura, 56, pp. 61-63, 1976a.
- _____. A pluma. El desafío y la marea. **Plural**. Crítica y literatura, 57, pp. 51-53, 1976b.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Carta al consejo editorial. **Cuadernos Políticos**, 10, pp. 1-16, 1976.
- ‘Los Intelectuales, Contra la Represión. El derecho a manifestar sólo merece el respeto de las autoridades, dicen’. **Excélsior**, 13 jun., pp. 4-30, 1971.
- MONSIVÁIS, Carlos. 1968-1978: Notas sobre la cultura y sociedad en México. **Cuadernos Políticos**, 17, pp. 1-26, 1978.
- PAZ, Octavio. Las palabras-máscaras. **Excélsior**, 16 jun. 1971.
- _____. Tomas Segovia: despedida y bienvenida. **Plural**. Crítica y literatura, 13, p. 39, 1972.
- _____. El plagio, la plaga y la llaga. **Plural**. Crítica y literatura, 36, pp. 89-91, 1974.
- PAZ, Octavio; SAKAI, Kazuya. Cambio y continuidad. **Plural**. Crítica y literatura, 42, p. 82, 1975.
- PLURAL. No hay peor PRI que el que no quiere oír. **Plural**. Crítica y literatura, 6, p. 43, 1972a.
- _____. Alternativas y altercados. **Plural**. Crítica y literatura, 8, p. 41, 1972b.
- _____. Los viajes ilustran. **Plural**. Crítica y literatura, 10, p. 38, 1972c.
- _____. Censura política y económica. **Plural**. Crítica y literatura, 50, p. 90, 1975.

TORRES FIERRO, Danubio. Carlos Fuentes: Miradas al mundo actual. **Vuelta**. Revista mensual, 43, pp. 41-44, 1980.

ZOID, Gabriel. Carta a Carlos Fuentes. **Plural**. Crítica y literatura, 12, pp. 52-53, 1972.

Referências Bibliográficas

AGUAYO QUEZADA, Sergio. **Vuelta en U**. Guía para entender y reactivar la democracia estancada. México, D.F.: Taurus, 2010a.

_____. **La Transición en México**. Una historia documental, 1910-2010. México, D.F.: Colmex, 2010b.

ALLIER-MONTAÑO, Eugenia. Memory and History of Mexico '68. **European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, 102, pp. 7-25, 2016.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Tradução de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

BABB, Sarah. **Managing Mexico**. Economists from Nationalism to Neoliberalism. Princeton: Princeton University Press, 2001.

BARTRA, Roger. **The Mexican Transition**. Politics, Culture and Democracy in the Twenty-first Century. Cardiff: University of Wales Press, 2013.

BILELLO, Suzanne. Mexico: The rise of civil society. **Current History**, 598 (95), pp. 82-87, 1996.

CERÓN, Ahremi. El movimiento del 68 en México: interpretaciones historiográficas 1998-2008. **Andamios**, 20 (9), pp. 237-257, 2012.

COSÍO VILLEGAS, Daniel. **El estilo personal de gobernar**. México, D.F.: Joaquín Mortiz, 1974.

DEL CASTILLO TRONCOSO, Alberto. **La matanza del jueves de corpus**. Fotografía y memoria. México, D.F.: INEHRM-Memórica, 2021.

DELLA ROCCA, Salvador Martínez. "El movimiento estudiantil-popular de 1968". In: DELLA ROCCA, Salvador Martínez (orgs.). **Voces y ecos del 68**. México, D.F.: Gobierno del Distrito Federal, 2009, pp. 27-62.

ESPÍNDOLA MATA, Juan. **El hombre que lo podía todo, todo, todo**. Ensayo sobre el mito presidencial en México. México: El Colegio de México, 2004.

- FLORES, Malva. **Estrella de dos puntas**. Octavio Paz y Carlos Fuentes: crónica de una amistad. México, D.F.: Ariel, 2020.
- GALLEGOS CRUZ, Cristhian. **La escritura de la democracia**. Un estudio sobre las transformaciones de lo político y los discursos intelectuales en las revistas Vuelta y Nexos, 1976-2000. Tese de maestrado em Sociologia Política (Instituto Mora), México, D.F., 2018.
- GOMES, Warley Alves. **Uma história intelectual do romance da Revolução Mexicana: escritores, camadas populares e ideias em circulação**. Tese de doutorado em História (UFMG), Belo Horizonte, 2021.
- HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Rogelio. **Historia mínima del Partido Revolucionario Institucional**. México, D.F.: El Colegio de México, 2016.
- ILLADES AGUIAR, Carlos. **La inteligencia rebelde**. La izquierda en el debate público en México, 1968-1989. México, D.F.: Océano, 2011.
- LABASTIDA, Julio. México: transición democrática y reforma económica. **Revista Mexicana de Sociología**, 2 (53), pp. 127-139, 1991.
- LEAL, Luis. “History and Myth in the Narrative of Carlos Fuentes”. In: BRODY, Robert; ROSSMAN, Charles (orgs.). **Carlos Fuentes. A Critical View**. Austin: University of Texas Press, 1982.
- MACEDO, Rita. **Mujer en papel**. Memorias inconclusas de Rita Macedo. Recopilación y Edición Cecilia Fuentes. Ciudad de México: Trilce Ediciones, 2019.
- MORALES, Belén Castro. José Enrique Rodó en tres ensayistas mexicanos: Carlos Fuentes, Carlos Monsiváis y Enrique Krauze. **Latinoamérica**, 66, 2018.
- PATEMAN, Carole. **Participation and Democratic Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- PÉREZ ARCE, Francisco. “The enduring union struggle for legality and democracy”. In: FOWERAKER, Joe; CRAIG, Ann L. (orgs.). **Popular Movements and Political Change in Mexico**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1990, pp. 105-120.
- PESCHARD, Jacqueline. El PRI: un partido a la defensiva. **Revista Mexicana de Sociología**, 2 (46), pp. 59-74, 1984.
- RAMÍREZ, Ramón. **El movimiento estudiantil de México**. Julio-diciembre de 1968. México, D.F.: Ediciones Era, 1969.

- REYES, Max González. El Informe Presidencial: de la opulencia al ocaso del presidencialismo. **Estudios Políticos**, 24, pp. 55-76, 2011.
- RUBIN, Jeffrey W. **Decentering the Regime**. Ethnicity, Radicalism, and Democracy in Juchitán, Mexico. Durham: Duke University Press, 1997.
- SCHERER GARCÍA, Julio; MONSIVÁIS, Carlos. **Tiempo de saber**. Prensa y poder en México. México, D.F.: Aguilar, 2003.
- SCHLEFER, Jonathan. **Palace Politics**. How the Ruling Party Brought Crisis to Mexico. Austin: University of Texas Press, 2008.
- SHIRK, David A. **Mexico's New Politics**. The PAN and Democratic Change. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2005.
- SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**. Volume I. Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SMITH, Benjamin T. **The Mexican Press and Civil Society, 1940-1976**. Stories from the Newsroom, Stories from the Street. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2018.
- SOLÍS, Edgar Esquivel. **Sociedad civil y poder político en México**. Un análisis (1980-2005). México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, 2008.
- STEPHEN, Lynn. **Stories That Make History**. Mexico through Elena Poniatowska's Crónicas. Durham: Duke University Press, 2021.
- TREVIZO, Dolores. **Rural Protest and the Making of Democracy in Mexico, 1968-2000**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2011.
- VAN DELDEN, Maarten. **Carlos Fuentes, México, and Modernity**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1998.
- WILLIAMS, Raymond Leslie. **The Writings of Carlos Fuentes**. Austin: University of Texas Press, 1996.
- ZERMEÑO, Sergio. Hacia una democracia como identidad restringida: sociedad y política en México. **Revista Mexicana de Sociología**, 2 (49), pp. 57-87, 1987.